

PESQUISA E EXTENSÃO EM COMUNIDADES NEGRAS DO RIO GRANDE DO SUL

RESEARCH AND EXPANSION IN BLACK COMMUNITY OF RIO GRANDE DO SUL

Adelmir Fiabani*

Resumo

O Grupo PET – História da África desenvolveu pesquisa em 11 comunidades quilombolas da metade sul do RS. A pesquisa objetivou descobrir a gênese, formação do núcleo, a história, os saberes, a cultura, as expectativas e a organização do grupo enquanto movimento social. Como atividade de extensão, realizamos ações para melhorar o rendimento escolar, promovemos eventos a fim de divulgar e dar visibilidade a este segmento social, também mapeamos as políticas públicas que existem nas comunidades negras e as que estão sendo negadas. Como método para a pesquisa, fizemos ampla revisão bibliográfica e registramos a memória da comunidade. Para a extensão, desenvolvemos atividades lúdicas com as crianças, instruímos às lideranças quanto aos seus direitos e, no final realizamos um seminário com a presença dos quilombolas e autoridades representativas do Estado. Concluímos que é possível realizar pesquisa e extensão ao mesmo tempo. A pesquisa revelou a história e anseios da comunidade, além de balizar as atividades de extensão. A divulgação dos resultados em seminário, associadas às ações desenvolvidas nas comunidades pelos alunos, resultaram em ganho político para os quilombolas. Este segmento tornou-se visível para a academia e atraiu olhares dos representantes do Estado.

Palavras-chave: Pesquisa / Extensão / Quilombolas.

* Professor da Universidade Federal do Pampa, Brasil (UNIPAMPA). Dr. Em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.

Abstract

The PET Group - History of Africa developed in 11 research maroon communities of the southern half of the RS. The research aimed to discover the origin, core training, history, knowledge, culture, expectations and organization of the group as a social movement. As an extension activity, carried out actions to improve academic achievement, promote events to publicize and give visibility to this segment of society, also mapped the public policies that exist in black communities and being denied. As a method for the study, we did extensive literature review and report on the memory of the community. To the extent we have developed activities with children, to instruct leaders of their rights and in the end we held a seminar with the presence of maroon and officials representing the State. We conclude that it is possible to search and extension at the same time. The research revealed the history and aspirations of the community, and to delimit its extension activities. The dissemination of results at a seminar, associated with actions taken by students in the communities, resulted in political gain for the Maroons. This segment has become visible to the gym and looks attracted representatives of the State.

Key words: Search / Extension / Maroons.

[Recibido: 03/10/2012 – Aprobado: 31/10/2012]

Introdução

Após duas décadas de regime militar, em 1988, foi promulgada a Constituição Brasileira. Considerada a mais democrática de todas as cartas, no artigo 207, garantiu «autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial» às universidades e afirmou «o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão».¹ A partir de então surgiram vários questionamentos sobre como se daria a indissociabilidade entre os três pilares básicos que sustentam o ensino superior.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determinou que as Instituições Superiores devessem «incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do

¹ TÁCITO, Caio (2005), *Constituições brasileiras*. 1988, 5 Ed., Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília. p. 186.

homem e do meio em que vive» e «promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição».²

No entanto, os parâmetros referentes ao ensino superior brasileiro sempre priorizaram o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão apareciam esporadicamente nos planejamentos das universidades, com sentido de ação filantrópica. A ausência de recursos para executar as ações e a falta de reconhecimento do mérito de quem realiza a extensão induziu aos docentes optarem pela pesquisa e ensino. Alguns programas encabeçados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) criaram programas de apoio à extensão, como o Programa de Educação Tutorial (PET).

Em 1979, a CAPES instituiu o Programa de Educação Tutorial objetivando, na época, criar grupos de excelência acadêmica nas universidades, mediante subsídio financeiro ao tutor (professor universitário) e aos acadêmicos selecionados para o programa, a fim de desenvolver atividades acadêmicas extracurriculares em período integral. Inicialmente, havia poucos grupos PET atuantes no Brasil e atendiam, sobretudo, os alunos com melhor desempenho acadêmico. Em 2010 foi publicado um novo edital para formação de novos grupos PET visando atender acadêmicos provenientes de comunidades negras, indígenas, ribeirinhas e alunos oriundos dos setores populares.

O PET é um programa que reconhece as atividades de ensino, pesquisa e extensão como essenciais à formação do acadêmico. Neste sentido, os resultados das pesquisas chegam àqueles que mais precisam do Estado. Através da extensão, a universidade vai ao encontro da comunidade e realiza a democratização do conhecimento. A extensão abre as portas às atividades práticas muito importantes na preparação dos futuros profissionais das mais variadas áreas.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640 determinou a criação da UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa. Em seu artigo segundo, ficou sacramentado que a universidade tem por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Também, objetiva estimular o desenvolvimento de projetos de ensino articulando-os às atividades de pesquisa e extensão, bem como a inserção dos

² BRASIL. MEC. LEI 9.394/96. Art. 43. Inciso III e VII. 1996. Brasília.

projetos de pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos, como eixos articuladores da relação teoria-prática.³

A UNIPAMPA foi criada para fomentar o desenvolvimento da metadesul do Rio Grande do Sul. A referida região apresenta problemas de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior. A referida Instituição nasceu também para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Sem dúvida, as atividades de extensão assumem importância como agente integrador entre a universidade e a sociedade.

Em 2010, a UNIPAMPA ampliou de um para dez grupos PETS. No mesmo ano iniciaram-se as atividades do Grupo PET – História da África no campus de Jaguarão, criado a fim de incluir acadêmicos oriundos das comunidades negras e afro-descendentes. No entanto, ao iniciar os trabalhos, percebemos que não havia estudantes provenientes de comunidades negras, pois muitos jovens destas comunidades não lograram concluir os estudos primários e não estavam na universidade por enquanto. Decidimos ir às comunidades negras para desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Também nos dirigimos às escolas para auxiliar os professores na implementação da Lei 10.639/03, que obriga as mesmas a inserir em seus currículos os conteúdos de História da África e do negro no Brasil.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão figura em quase todos os discursos proferidos pelos dirigentes e docentes das Instituições de Ensino Superior. Na tentativa de justificar a inserção da universidade na comunidade, os prega-se a indissociabilidade como meta, porém sabe-se previamente que a extensão não ocorre no mesmo ritmo do ensino e da pesquisa. Na verdade as prioridades das universidades quase sempre foram o ensino e a pesquisa, decisão que não dependeu da vontade das instituições, mas sim das políticas públicas governamentais e agências de fomento que priorizaram determinadas áreas em detrimento de outras.

As atividades de extensão são importantes para a comunidade acadêmica e sociedade em geral, pois promovem o retorno do saber científico à comunidade

³ UNIPAMPA (2009) [en línea], *Plano Institucional*, http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. [25 de julho de 2012].

e propiciam aos acadêmicos atividades práticas que lhes serão muito úteis quando formados. No entanto, a história do ensino superior brasileiro não confirma esta prática. A extensão quase sempre apareceu como atividade filantrópica realizada, sobretudo por professores que não estão envolvidos com a pesquisa, mas dispõe de tempo livre. Nos últimos anos este quadro alterou-se um pouco e a extensão ganhou destaque e passou a ser financiada pelas agências de fomento. Mesmo assim, está distante de alcançar o *status* da pesquisa.

Pesquisa

Segundo Pedro Demo, «pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade».⁴ Para Delcio Salomon, é «trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada de natureza científica».⁵ Portanto, pesquisa é a investigação de um problema realizada a partir de uma metodologia, cujos resultados devem ser válidos, embora a provisoriidade seja uma característica do conhecimento científico.

Podemos dividir a história da pesquisa no Brasil em quatro etapas. Primeiramente, as pesquisas eram pontuais e realizadas por profissionais especializados, sobretudo estrangeiros vindos ou trazidos para responder aos desafios e possibilidades da exploração econômica nos períodos colonial/imperial.⁶ Eram pesquisas ligadas à exploração de minérios, potencial da flora brasileira e outros. Em seguida, a fase em que foram criados os institutos de pesquisa nas diversas áreas, iniciada em 1808.⁷ A terceira etapa começou com a institucionalização da Pós-Graduação *stricto sensu* como nível de formação, há pouco mais de quatro décadas, quando a pesquisa passou a realizar-se também nas universidades. Até então, as universidades dedicavam-se principalmente ao ensino. A fase atual teve início a partir das mudanças nas políticas de Pós-Graduação desencadeadas pela CAPES na última década do século XX, ao

⁴ DEMO, Pedro (1987), *Introdução à Metodologia da Ciência*, Atlas, São Paulo. p. 23.

⁵ SALOMON, Délcio Vieira (2001), *Como fazer uma monografia*, 10 Ed., Martins Fontes, São Paulo. p. 152.

⁶ Cfr. CORDOVA, R. de A. et al. (1986), *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*, UNESCO /CRESALC /MEC /UFMS /CAPES, Brasília.

⁷ GUIMARÃES, R. (2007) [en línea], *O futuro da pós-graduação - avaliando a avaliação*, <http://intranet.ensp.fiocruz.br/admin/aplicacoes/documentos/arquivos/arq6091.pdf> [30 março de 2007].

consolidar o sistema de Pós-Graduação, definido como espaço de formação de pesquisadores e instaurar uma forte indução/controlado da produtividade, com resultados quantitativos expressivos.⁸

A partir da criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 11 de julho de 1951, com o objetivo de «assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país»,⁹ as universidades e os professores pesquisadores passaram a ser avaliados pela produção científica. A abertura de novos cursos nas Instituições Federais e a progressão na carreira ficou atrelada à produção científica, fato que afastou muito profissionais das atividades extensionistas, pois estes não ‘lucravam’ nada com esta ação.

Extensão

Em 1931, foi criado o regime universitário no Brasil e se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras. O primeiro registro oficial sobre a Extensão Universitária figurou neste estatuto. No entanto, a vocação da universidade da época estava voltada à formação profissional e não priorizava a pesquisa e a extensão. Na mesma época, veio a público o Manifesto dos Pioneiros¹⁰ sugerindo que as universidades assumissem a tríplice função: de elaboração e de transmissão do conhecimento, e o desenvolvimento de ação social, sob a forma de vulgarização da ciência. As atividades de extensão seriam desenvolvidas através de «instituições de extensão universitária, das ciências e das artes».¹¹

⁸ BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria Netto (2012) [en línea], «*Reflexões da produtividade sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação*», <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf>. [30 de julho de 2012].

⁹ CAPES [en línea], Histórico, <http://capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao> [30 de julho de 2012].

¹⁰ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova surgiu durante a IV Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1931, publicado em 1932. Elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, o Manifesto opunha-se ao empirismo das reformas parciais, surgindo como uma convocação abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução nacional para o Brasil.

¹¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (2006), *História da Educação no Brasil [1930-1973]*, 30 Ed., Editora Vozes, Petrópolis. p. 149.

O Manifesto dos Pioneiros foi importante na época, porém não foi decisivo na instituição de fato da Extensão no Brasil. Por três décadas as atividades de Extensão eram ações pontuais, sem legislação específica e pouco valorizada dentro e fora da universidade, exceto por alguns setores que se beneficiavam com o ato. Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, que concebeu as atividades de Extensão como curso, conferência ou assistência rural, destinadas àqueles possuidores de diploma universitário.¹² Percebe-se que a Extensão servia à classe dirigente, que almejava o progresso da ciência, por meio da pesquisa, e a transmissão do conhecimento, através do ensino.

A década de 1960 foi marcada por movimentos que questionaram a função social da universidade brasileira. Protestos encabeçados pela União Nacional dos Estudantes, movimentos populares em prol de uma educação voltada aos pobres somaram-se às idéias de Paulo Freire a respeito do papel de conscientização a ser desempenhado pela educação e as teses defendidas por Álvaro Vieira Pinto sobre o papel da universidade. Brotou a pergunta: Para que e para quem deveria servir a universidade.¹³ Surgiu uma nova modalidade de Extensão, encabeçada pelo movimento estudantil, com ações destinadas à população carente, quase sempre desvinculadas do projeto acadêmico da universidade.

No entanto, os belos projetos idealizados no calor das discussões estudantis no início da década de 1960, foram abortados com o golpe militar de 1964. A universidade passou a ser vista como instrumento de modernização do país, visando à aceleração do desenvolvimento econômico, financiado com capital estrangeiro a fim de impulsionar o desenvolvimento tecnológico. Estava voltada à classe média e possuía o aval do governo. O acesso à universidade passou a ser privilégio de poucos e a produção acadêmica serviu de parâmetro para acesso à bolsas, recursos para pesquisa e outros. Neste contexto, em 1966, foi criado o Projeto Rondon objetivando colocar estudantes universitários a serviço do Estado. No mesmo ano, são criados os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias – CRUTAC – visando dar oportunidades aos acadêmicos atuarem junto às comunidades rurais.¹⁴

Em 1968, a Lei 5.540/68 tratou da reforma universitária com algumas mudanças no estatuto, porém no tocante à Extensão, a mesma continuou como

¹² BRASIL. MEC. LDB. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília.

¹³ Cfr. PINTO Álvaro V. (1986), *A Questão da Universidade*, Cortez, São Paulo.

¹⁴ FORPROEX (2006), *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*, UFRGS: Porto Alegre & MEC/SESU: Brasília. pp. 18-19.

sinônimo de assistencialismo, desvinculada do ensino e da pesquisa.¹⁵ Esta condição perdurou até a década de 1980, quando a sociedade civil passou a questionar o papel do Estado, da Universidade e estabeleceu novas pautas reivindicando uma nova Carta Magna para o Brasil.

Com o fim do regime ditatorial, renovaram-se as esperanças do povo brasileiro. Em 27 de novembro de 1985, através da Emenda Constitucional nº 26, estava convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Várias emendas populares foram enviadas à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na época, foi marcante o *Fórum da Educação na Constituinte* que apresentou, em maio de 1987, uma proposta de texto sobre a educação para a nova Constituição, subscrita pelas entidades científicas e sindicais que compunham o fórum. Participaram desse fórum 15 entidades nacionais: Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), CPB, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade de Estudos e Atividade Filosóficas (SEAF), União Brasileiro de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE).¹⁶

No final dos trabalhos constituintes, o capítulo da educação superior incorporou os princípios de um novo projeto para a universidade brasileira, formulado no início da década de 1980 pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). Este projeto tinha por princípios a defesa do ensino público e gratuito, autonomia e democratização das universidades. Também, defendia a «carreira docente, concursos públicos, eleições diretas para dirigentes universitários, participação da comunidade na vida acadêmica, financiamento, avaliação e projeto pedagógico, são tidos como meios que concretizariam uma universidade autônoma e democrática».¹⁷

Nesse projeto, segundo Sueli Mazzilli, «o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apontado como referência do padrão de

¹⁵ BRASIL. MEC. LDB. Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília.

¹⁶ MICHILES, Carlos *et al.* (1989), *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*, Paz e Terra, Rio de Janeiro. p. 355.

¹⁷ Cfr. ANDES (1982), *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira, Cadernos da ANDES*, Juiz de Fora, nº. 2.

qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país», ou seja, o referido projeto «se baseia na negação das desigualdades sociais [...] expressando assim o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária».¹⁸

A indissociabilidade e equidade entre os três princípios – ensino, pesquisa e extensão – não são afirmações utópicas. Na verdade, é o princípio norteador da universidade voltada ao povo, se concebermos que as Instituições de Ensino Superior públicas pertencem a ele. Não é justo que as camadas menos favorecidas da nação sejam mantidas alheias aos benefícios da pesquisa e ensino, portanto a extensão é uma forma de retorno à sociedade. Segundo Pucci, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão não são palavras de efeito, mas

uma síntese atual da história educacional brasileira que aponta diretamente para a construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que se coloca a serviço da realização de uma sociedade independente e soberana científica, tecnológica e culturalmente, voltada para os interesses concretos da população brasileira.¹⁹

A década de 1980 foi marcada por acontecimentos que mudaram o mundo. No cenário nacional ocorreu a derrota do movimento Diretas Já, o fim do regime militar, Centenário da Abolição, Assembleia Nacional Constituinte. O quadro internacional foi marcado pela queda do Muro de Berlim, fim da União Soviética, triunfo do neoliberalismo e outros. Em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, reunido em Brasília, deliberou sobre as atividades de extensão. Havia preocupação quanto à aproximação da universidade com a sociedade. Por extensão universitária o Fórum deliberou:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é

¹⁸ Cfr. MAZZILLI, Sueli (2011), «Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado», *RBPAE*, vol. 27, n°. 2.

¹⁹ PUCCI, Bruno (1991), «A indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão» *Impulso*, Piracicaba. p. 19. In: MAZZILLI, Sueli (2011). «Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado», *RBPAE*, vol.27, n°.2.

uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico.²⁰

Segundo recomendações dos participantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, a atividade extensionista deveria priorizar metodologias de ensino-aprendizagem problematizadoras e produtoras de conhecimentos confrontados com a realidade brasileira e regional; primar pela democratização do conhecimento acadêmico; instrumentalização do processo dialético teoria/prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade na universidade; visão integrada do social; relação transformadora entre universidade e demais instâncias.²¹

Os participantes do referido Fórum entendiam que, de volta à universidade, os acadêmicos e professores trarão a experiência para ser submetida à reflexão teórica e acrescido àquele conhecimento. A troca de conhecimentos –acadêmico e popular– resultaria na democratização do conhecimento acadêmico e a inserção do saber da comunidade na universidade. Também concebiam que extensão é um dos espaços estratégicos para promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, contribuindo à modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade.²²

Ensino, pesquisa e extensão em comunidades negras do Rio Grande do Sul

Atualmente, no Rio Grande do Sul há 86 comunidades negras reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares.²³ A maioria das comunidades localiza-se na metade-sul do estado, consequência do modelo econômico adotado na região durante o período

²⁰ I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1987) [en línea], Brasília, <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. [28 de julho de 2012].

²¹ FORPROEX (2006), *op. cit.* p. 22.

²² *Ibidem.* pp. 41-42.

²³ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (2012) [en línea], Quilombolas. Brasília, <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=RS> [01 de agosto de 2012].

escravista brasileiro, que baseava-se na produção do charque com mão-de-obra escrava. A concentração de trabalhadores escravizados resultou no maior número de comunidades negras na região.

Por muito tempo, as comunidades negras permaneceram invisíveis aos olhos da academia. Embora centenárias, as comunidades negras receberam atenção do Estado somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e da aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que garantiu a titulação das terras por elas ocupadas.

As comunidades negras pertencentes à fronteira-sul do Rio Grande do Sul são pequenas. A menor comunidade é composta de cinco famílias e a maior possui 60 unidades familiares. Todas estão localizadas no interior dos municípios, em regiões de difícil acesso. Não apresentam problemas fundiários graves, como conflitos pela posse da terra, mas algumas comunidades tiveram a área inicial reduzida. Outras sobrevivem em pequenas nesgas de terra.

As comunidades negras localizadas na região da fronteira-sul têm suas raízes ligadas ao período escravista. Foram pesquisadas 11 comunidades negras e não encontramos nenhuma delas que tenha sido no passado um quilombo formado por escravos fugidos. Todas se constituíram por ocupação de terras doadas, compradas ou herdadas e cresceram por adesão de mais indivíduos e pelo crescimento vegetativo do núcleo.

Quadro com 11 comunidades quilombolas localizadas na metade-sul do Rio Grande do Sul

| Comunidade | Município | Número de famílias | Área em hectares | Média de ha/ família | Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares |
|--------------------|-----------|--------------------|--|----------------------|---|
| Madeira | Jaguarão | 6 famílias | Aproximadamente 40 hectares. A comunidade afirma que a área inicial era de aproximadamente 100 ha. | 6,6 ha por família | 24/03/2010. |
| Lichiguana | Cerrito | 15 famílias | Aproximadamente 30 ha | 2 ha por família | 24/03/2010. |
| Rincão do Quilombo | Piratini | 60 famílias | 1.500 ha | 25 ha por família | 24/03/2010. |
| Faxina | Piratini | 5 famílias | Aproximadamente 2 ha | 0,4 ha por família | 27/04/2010. |
| Rincão do Couro | Piratini | 18 famílias | Aproximadamente 117 ha somando-se as terras de todos os membros. A área não é contínua. | 6,5 ha por família | 27/04/2010. |

| | | | | | |
|----------------------|--------------|--|---|--|-------------|
| Quilombo São Manuel | Piratini | 17 famílias | Os moradores não informaram. | | |
| Quilombo do Candiota | Candiota | 20 famílias quilombolas e 14 não-quilombolas | 1.200 ha | 35,20 ha por família | 19/11/2009. |
| Fazenda Cachoeirinha | Piratini | 5 famílias | No passado eram 68 ha. A área foi reduzida com o tempo. | 13,6 ha por família. Atualmente a média é de 5 ha por família. | 07/06/2006. |
| Várzea dos Baianos | Pedras Altas | 23 famílias | 3,5 ha | | 24/03/2010. |
| Solidão | Pedras Altas | 2 famílias | 70 ha | 35 ha por família | 24/03/2010. |
| Bolsa do Candiota | Pedras Altas | 7 famílias | 0,62 ha | | 24/03/2010. |

Fonte: Informações obtidas junto às lideranças das comunidades negras em pesquisa de campo realizada pelo Programa de Educação Tutorial – História da África em abril e maio de 2011.

As famílias das comunidades negras da fronteira-sul trabalham a terra em lotes individuais. Fazem mutirões nos momentos de plantio e colheita, quando a atividade exige número maior de trabalhadores. Todos são solidários quando alguém da comunidade necessita de ajuda. As propriedades são pequenas e insuficientes para o sustento de todos os membros da família, obrigando alguns membros, sobretudo os jovens, saírem da comunidade em busca de emprego. As cidades de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e outras absorveram esta mão-de-obra. Também encontramos moradores das comunidades negras que trabalham em fazendas, granjas e agroindústrias.

A renda das comunidades é mínima. As famílias produzem para o consumo e vendem o excedente nas cidades. Os moradores reclamam dos atravessadores que se dirigem à comunidade e exploram os produtores oferecendo valores muito abaixo do que é pago pelos comerciantes ou cooperativas. A precariedade das estradas e a localização da comunidade em regiões de difícil acesso impedem o escoamento da produção a baixo custo. Como os produtores não conseguem vender diretamente nos mercados tradicionais, obrigam-se a vender, o pouco que produzem, aos atravessadores a preços ínfimos.

Encontramos comunidades que estão isoladas devido à precariedade das estradas e pontes. A presença do Estado é praticamente inexistente. Não encontramos nenhuma comunidade que se beneficie de programas federais como o Programa Brasil Quilombola. Percebemos certa descrença nos moradores quanto nos referíamos ao poder público.

Os moradores da comunidade se identificam como remanescentes de quilombo ou quilombolas. Afirmam que alguma coisa mudou para eles após o reconhecimento oficial. No entanto, esperam muito mais do Estado. Reclamam de falta de estradas, transporte regular de pessoas (linhas de ônibus), falta de atendimento básico na área da saúde, auxílio para construção e reforma das moradias, projetos que valorizem o artesanato, programas de capacitação, regularização da documentação individual e outros.

As crianças das comunidades estudam em escolas públicas e não desfrutam de um currículo específico para as comunidades quilombolas. O transporte escolar é de responsabilidade das prefeituras e, muitas vezes, é a única forma de comunicação com os centros urbanos. Não encontramos nenhuma escola dentro da comunidade quilombola.

As comunidades guardam saberes, histórias e cultura própria. No entanto reclamam que muitos pesquisadores se dirigem às comunidades e não retornam mais. Faz-se necessário registrar os saberes, a história e manifestações culturais das comunidades porque elas tendem a desaparecer, embora haja preocupação do Estado com este segmento social. Muitas famílias estão saindo para os centros maiores em busca de empregos, assistência médica, educação, etc.

Conclusão

O grupo PET – História da África conciliou atividades de ensino, pesquisa e extensão em um mesmo projeto. Houve momentos de ensino quando precisávamos conhecer academicamente nosso objeto de pesquisa. Realizamos pesquisa propriamente dita quando revisamos a produção científica existente sobre nosso objeto de pesquisa. A extensão ocorreu no momento em que nosso objeto de pesquisa emergiu das profundezas do desconhecido, tomou conhecimento dos seus direitos e reivindicou pessoalmente direitos aos representantes do Estado.

A missão da universidade é produzir conhecimento e torná-lo acessível. A universidade que produz conhecimento e não o torna acessível à sua comunidade, não há razão para a mesma existir. A UNIPAMPA foi criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento na região considerada pelos organismos avaliadores, como a mais pobre do Rio Grande do Sul. Neste sentido, não teria sentido produzir conhecimento e não retorná-lo à comunidade, sobretudo, àquela que é o nosso objeto de investigação.

A universidade precisa ser vista como célula da sociedade e interagir com ela. No momento que compartilhamos os conhecimentos aos diversos

segmentos da sociedade estamos legitimando a instituição. A extensão é uma atividade propagadora do conhecimento e renovadora do ensino, pois propicia ao acadêmico aprender com os sujeitos que estão fora dos muros da universidade. As atividades de extensão, ensino e pesquisa realizados em espaços como aldeias indígenas, comunidades quilombolas, presídios, sanatórios, acampamentos de sem terra, ciganos e outros, servem também para mostrar que a universidade está viva e preocupada com toda a sociedade.

É possível realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão conjuntas em um mesmo projeto. Aliás, não é só possível, como é salutar. O processo de se apropriar/transmitir o conhecimento expõe o acadêmico a situações ímpares, reveladoras de situações nem sempre encontradas em sala de aula. O professor exerce sua missão de oferecer caminhos possíveis para se chegar ao conhecimento. A sociedade interage com a universidade, pois desfruta da ciência e transmite o conhecimento não acadêmico.

Referências bibliográficas

- ANDES (1982), *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira, Cadernos da ANDES*, Juiz de Fora, n°. 2.
- BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria Netto (2012) [en línea], «*Reflexões da produtividade sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação*», <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf>. [30 de julho de 2012].
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (2012) [en línea], Quilombolas. Brasília, <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=RS> [01 de agosto de 2012].
- BRASIL. MEC. LDB. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília.
- BRASIL. MEC. LDB. Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília.
- BRASIL. MEC. LEI 9.394/96. Art. 43. Inciso III e VII. 1996. Brasília.
- CAPES [en línea], Histórico, <http://capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao> [30 de julho de 2012].
- CORDOVA, R. de A. et al. (1986), *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*, UNESCO /CRESALC /MEC /UFMS /CAPES, Brasília.
- DEMO, Pedro (1987), *Introdução à Metodologia da Ciência*, Atlas, São Paulo.
- FIABANI, Adelmir (2012), *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão*

- às comunidades remanescentes [1532-2004], 2 Ed., Expressão Popular, São Paulo.
- FORPROEX (2006), *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*, UFRGS: Porto Alegre & MEC/SESU: Brasília.
- GUIMARÃES, R. (2007) [en línea], *O futuro da pós-graduação - avaliando a avaliação*, <http://intranet.ensp.fiocruz.br/admin/aplicacoes/documentos/arquivos/arq6091.pdf> [30 março de 2007].
- I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1987) [en línea], Brasília, <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. [28 de julho de 2012].
- MAESTRI, Mário (2006), *O escraw no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*, 3. Ed., Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- MAZZILLI, Sueli (2011), «Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado», *RBPAAE*, vol. 27, n.º. 2.
- MICHILES, Carlos *et al.* (1989), *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- PINTO Álvaro V. (1986), *A Questão da Universidade*, Cortez, São Paulo.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (2006), *História da Educação no Brasil [1930-1973]*, 30 Ed., Editora Vozes, Petrópolis.
- SALOMON, Délcio Vieira (2001), *Como fazer uma monografia*, 10 Ed., Martins Fontes, São Paulo.
- TÁCITO, Caio (2005), *Constituições brasileiras: 1988*, 5 Ed., Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília.
- TEDESCO, João Carlos. (Org.) (2002), *Usos de memórias: política, educação e identidade*, UPE, Passo Fundo.
- UNIPAMPA (2009) [en línea], *Plano Institucional*, http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf [25 de julho de 2012].